

Recebido: 21/03/2025 | Revisado: 14/06/2025 | Aceito: 18/10/2025 | Publicado: 19/10/2025

Emmanuel Barbosa do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3567-9298>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil.

E-mail: emmanuel.barbosa@academico.ufpb.br

Resumo

Este artigo apresenta a trajetória histórica e social do processo migratório das famílias venezuelanas no Brasil, com ênfase nos desafios e perspectivas desse fenômeno. O estudo analisa as condições de vida e as dificuldades enfrentadas por essa população, destacando as implicações sociais, econômicas e políticas do deslocamento forçado. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, fundamentada em revisão narrativa e documental. Os resultados evidenciam a escassez de produções críticas sobre a temática, bem como os impactos da migração venezuelana no cenário nacional, especialmente no acesso a direitos fundamentais e políticas públicas. Além de sua contribuição acadêmica, o estudo oferece subsídios práticos para consultorias em políticas sociais e pode ser utilizado como material de apoio no ensino baseado em casos, auxiliando profissionais e docentes na análise de fenômenos sociais complexos.

Palavras-chave: Migração; Venezuelanos no Brasil; Refugiados.

Abstract

This article presents the historical and social trajectory of the migratory process of Venezuelan families in Brazil, emphasizing the challenges and perspectives of this phenomenon. The study analyzes the living conditions and difficulties faced by this population, highlighting the social, economic, and political implications of forced migration. Methodologically, it is an exploratory bibliographic research based on narrative and documentary review. The results reveal the scarcity of critical studies on the subject, as well as the impacts of Venezuelan migration in the national context, especially regarding access to fundamental rights and public policies. In addition to its academic contribution, the study offers practical insights for consultancies in social policies and can be used as a support material in case-based teaching, assisting professionals and educators in the analysis of complex social phenomena.

Keywords: Migration; Venezuelans in Brazil; Refugees.

Resumen

Este artículo presenta la trayectoria histórica y social del proceso migratorio de familias venezolanas en Brasil, destacando los desafíos y las perspectivas de este fenómeno. El estudio analiza las condiciones de vida y las dificultades que enfrenta esta población, destacando las implicaciones sociales, económicas y políticas del desplazamiento forzado. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica exploratoria, basada en revisiones narrativas y documentales. Los resultados destacan la escasez de literatura crítica sobre el tema, así como los impactos de la migración venezolana en el panorama nacional, especialmente en el acceso a los derechos fundamentales y las políticas públicas. Además de su contribución académica, el estudio ofrece apoyo práctico para consultorías de política social y puede utilizarse como material de apoyo en la docencia basada en casos, ayudando a profesionales y docentes en el análisis de fenómenos sociales complejos.

Palabras clave: Migración; Venezolanos en Brasil; Refugiados.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise resumida da crise humanitária na Venezuela, investigando seus impactos e consequências para as famílias venezuelanas a partir da perspectiva de diferentes estudiosos da área. Essa crise, marcada por grave violação dos direitos humanos, afeta diretamente milhares de pessoas, impondo desafios severos, como fome, violência, instabilidade social e deslocamento forçado. Para compreender esse contexto de maneira ampla, é fundamental considerá-lo em sua totalidade, visto que está profundamente interligado a fatores políticos, econômicos e sociais.

Nesse contexto, a migração venezuelana não se apresenta como escolha, mas como uma necessidade imposta por condições extremas que ameaçam a sobrevivência e a dignidade humana. Este estudo busca, portanto, compreender as causas estruturais dessa crise, os desafios enfrentados pelos migrantes no Brasil e as respostas institucionais oferecidas, considerando suas limitações e impactos sociais.

A relevância desta pesquisa está, sobretudo, na proposta de historicizar e contribuir para a construção da trajetória das famílias venezuelanas no território brasileiro. O objetivo principal da investigação é não apenas compreender as condições de acolhimento dessas famílias, mas também refletir sobre os serviços oferecidos e o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e moradia – elementos essenciais para sua integração e permanência no país.

Além disso, a pesquisa busca analisar as transformações culturais e territoriais ocorridas após a chegada dessa população migrante, observando como essas famílias se adaptam ao novo ambiente, conciliando a preservação de sua identidade cultural com a inserção na dinâmica social e econômica local.

Ao destacar tanto os desafios quanto as potencialidades dos migrantes venezuelanos, este estudo não apenas evidencia as dificuldades enfrentadas, mas também ressalta as contribuições significativas que essa população pode oferecer para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Refletir sobre essas questões é essencial para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao acolhimento e à integração de migrantes, promovendo melhor qualidade de vida e fortalecendo convivência harmoniosa entre diferentes culturas.

A aplicabilidade desta pesquisa ultrapassa a esfera acadêmica, oferecendo subsídios práticos que podem orientar profissionais de consultoria em políticas públicas e organizações sociais na formulação de estratégias de acolhimento e integração de migrantes. Da mesma forma, o artigo pode ser utilizado como recurso pedagógico em estudos de casos, permitindo a estudantes e docentes refletirem sobre os desafios migratórios em situações reais de ensino-aprendizagem.

Metodologia

Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória, baseada em abordagem bibliográfica, por meio de revisão narrativa e documental. A adoção dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender, a partir de diversas fontes teóricas e documentais, os desafios enfrentados pelas famílias venezuelanas no contexto migratório para o Brasil.

Critérios de inclusão: documentos oficiais publicados entre 2015 e 2024, produzidos por órgãos nacionais e internacionais (como ACNUR, UNICEF, Ministério da Cidadania e Ministério da Saúde), legislações federais e relatórios institucionais diretamente relacionados à migração venezuelana no Brasil. Além disso, artigos científicos indexados em bases como SciELO, PePSIC e Google Scholar que abordassem especificamente o processo migratório venezuelano ou suas repercussões em políticas públicas brasileiras foram incluídos.

Critérios de exclusão: foram descartados documentos opinativos, matérias jornalísticas sem respaldo institucional e trabalhos acadêmicos que tratassesem de migrações em outros contextos que não incluíssem o caso venezuelano no Brasil.

A revisão narrativa possibilita análise ampla e interpretativa da literatura existente, permitindo a identificação de lacunas no conhecimento e promovendo discussão crítica sobre a temática. Além disso, a pesquisa documental abrange a análise de legislações, normativas, relatórios institucionais e documentos oficiais que auxiliam na contextualização do fenômeno migratório no Brasil.

Este estudo origina-se nas atividades desenvolvidas no âmbito do Trabalho de Conclusão da Residência Multiprofissional em Saúde da Criança, realizada entre 2023 e 2025 pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP/PB). O percurso metodológico adotado busca não apenas descrever o contexto migratório e suas repercussões aos venezuelanos, mas também fornecer embasamento científico que

contribua para pesquisas futuras e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à proteção e à integração dessa população no Brasil.

De acordo com Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica abrange todo o conhecimento já publicado em livros, revistas e outras formas de divulgação, sejam elas impressas, digitais ou manuscritas. Esse tipo de estudo representa a base inicial para investigações científicas, pois as publicações existentes servem como apoio e aprimoramento das informações analisadas.

No que se refere à abordagem metodológica, este trabalho adota enfoque qualitativo, buscando compreender os fenômenos sociais a partir de análises aprofundadas sobre significados, experiências e contextos. Esse método permite visão mais ampla e contextualizada do tema, valorizando a reflexão crítica e a interpretação dos dados levantados.

Resultados

Situação da População Venezuelana no Brasil

As famílias venezuelanas, de acordo com Oliveira (2021, p. 126), passam por diversas dificuldades ao chegarem no país de destino, como fome, sede e violações de direitos humanos. Não possuem locais de moradia, ficando em situação de rua, perdem contato afetivo com parentes e amigos, sofrem abusos físicos, morais e outras violências.

De acordo com o Parlamento Europeu (2020), a migração envolve fatores de impulso (razões pelas quais as pessoas deixam um país) e atração (razões pelas quais as pessoas se deslocam para um determinado país), com destaque para três aspectos: a) sociopolíticos: perseguição étnica, religiosa, racial, política ou cultural, guerra, conflito e perseguição (ou ameaça) do governo; b) demográficos e econômicos: emprego (melhores salários ou melhores oportunidades de educação ou elevação do padrão de vida), desemprego, economia do país, crescimento, envelhecimento ou declínio populacional e; c) ambientais : desastres naturais (inundações, furacões, terremotos) e alterações climáticas. (OLIVEIRA, 2021, p. 126)

Para contextualização de modo ampliado, não limitando-se às expressões da “questão social”, mas ao modo de produção capitalista, pactuamos com o que expõe Netto (2010) ao estudar na contemporaneidade a barbárie. Esse autor afirma que o atual modo do capital extrapolou sua capacidade de exercer uma civilização, dando mais ênfase e proporcionando aspectos da barbárie, o que reflete na vida social que se amplia nas formações econômico-sociais tardio-capitalistas. Expressões como desemprego, exclusão, recessão, preconceitos e financeirização, entre outras, fazem parte do processo de expansão do capital e compõem a perspectiva da barbarização.

Quanto aos que sobrevivem em situação de rua, de acordo com Nascimento et al. (2022), esse é um público diversificado e com múltiplas demandas e necessidades. Em relação à saúde, a maioria concentra-se em serviços destinados à saúde mental, atendimentos especializados em rede ambulatorial e

urgência/emergência. Quanto aos desafios dessas famílias na rua, podem ser diagnosticados problemas clínicos como gripes, resfriados, pneumonia e Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Macedo et al. (2019, p. 75) afirmam que Roraima é um dos locais que mais recebem venezuelanos devido à fronteira com o país, e esse estado passa por situação complexa com o processo migratório. Essas demandas intensificam-se ainda mais pela falta de recursos públicos destinados a atender aos imigrantes.

Oliveira (2021, p. 126) destaca que, quanto às crianças e mulheres, essas são ainda mais complicadas no que se refere às condições mínimas de higiene e saúde relativas às fases do período menstrual. Esse processo intensifica-se quando envolvem crianças que necessitam de uso de fraldas e cuidados especiais.

Quando chegam ao destino almejado, são outros, mas não menos complexos, os enfrentamentos que se apresentam de imediato ou que estão por vir, tais como a vivência de rua em praças e nas proximidades de rodoviárias e feiras, ocupações irregulares de prédios abandonados e em péssimas condições de habitação, mendicância em semáforos, portas de lojas e bancos, trabalho infantil, fome e desnutrição, insegurança, medo e violência, dificuldades com o idioma, espera por vagas em abrigos, escolas e para conseguir documentos nos órgãos públicos de justiça e cidadania ou acessar programas sociais. (OLIVEIRA, 2021, p. 126)

A figura que se segue exemplifica tais vivências e legitima os escritos anteriores.



Figura 1: Venezuelanos em situação de rua no Brasil. Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/diarios-da-fronteira-venezuelanos-relatam-desafios-e-conquistas-da-vida-de-imigrante-no-brasil.shtml>

É preciso ressaltar o fato da documentação da população venezuelana. Na maior parte dos casos, eles não possuem documento civil, seja por suas péssimas condições sociais ou pela falta de informação, o que dificulta o acesso dos migrantes a serviços públicos essenciais como auxílios e benefícios.

Há também o caso de centenas de milhares de venezuelanos que não possuem qualquer documentação civil ou permissão para permanecer regularmente em nenhum país vizinho e, consequentemente, não têm acesso garantido aos direitos básicos. “Isso os torna particularmente vulneráveis ao trabalho e à exploração sexual, tráfico, violência, discriminação e xenofobia” (OLIVEIRA, 2021 p. 129 apud ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2020, n.p.).

Nesse sentido, observa-se que essa realidade também se estende ao estado da Paraíba, onde famílias venezuelanas enfrentam condições desumanas e marcadas por riscos sociais. Diante desse cenário, torna-se imprescindível reconhecer a migração não apenas como fenômeno social, mas como direito humano fundamental, expressão legítima da necessidade de sobrevivência em outro território.

A migração internacional, como um direito humano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) e fenômeno global, é tão expressiva em seus números quanto em sua complexidade e, por isso, carrega aspectos de alta prioridade para as agendas governamentais, organismos internacionais e sociedade civil. (OLIVEIRA, 2021, p. 127)

Estão sob responsabilidade do Estado os mínimos sociais assegurados por meio das políticas que compõem a seguridade social. Contudo, a sociedade, influenciada pela lógica neoliberal, tende a culpabilizar os migrantes por sua própria condição e a individualizar o problema, desconsiderando a complexidade estrutural que o envolve. Como destaca Harvey (2008), o neoliberalismo redefine a relação entre Estado e sociedade, reduzindo responsabilidades públicas e transferindo aos indivíduos o ônus de enfrentar adversidades sociais, o que intensifica processos de exclusão e vulnerabilidade.

Essa perspectiva reflete-se de modo evidente no tratamento dado aos migrantes, que muitas vezes são vistos como "responsáveis" por sua condição, enquanto se ignora a totalidade histórica e social que os coloca em situação de risco. De acordo com Iamamoto (2007), o neoliberalismo limita o alcance das políticas sociais e promove lógica de focalização e seletividade, enfraquecendo a universalidade da proteção social e reforçando a responsabilização individual. Isso impacta diretamente o acesso das famílias venezuelanas a direitos básicos, como saúde, educação, moradia e assistência social.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que os desafios enfrentados pelos migrantes não são apenas expressões individuais de vulnerabilidade, mas parte de processo mais amplo vinculado à crise estrutural do capital. Como argumenta Netto (2012), a dinâmica contemporânea do capitalismo aprofunda desigualdades, intensifica precarizações e amplia as expressões da questão social, afetando de modo ainda mais severo populações já fragilizadas, como refugiados e migrantes forçados.

Também como desafio que podemos perceber aos povos venezuelanos no Brasil, conforme listado por Oliveira (2021, p. 129), estão o idioma, identidade, cultura e valores. Isso faz perceber que são questões que precisam ser debatidas em agenda política, pois são desafios que refletem na acessibilização de direitos e dignidade de sobrevivência da vida humana, gerando riscos e vulnerabilidades sociais. Assim, aumentam

a demanda por educação, segurança, habitação, saúde, assistência social, entre outros serviços e políticas públicas.

A resposta do governo brasileiro à migração venezuelana, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2019), desenhou-se em quatro áreas de atuação: a) acomodação e assistência humanitária básica; b) interiorização: cadastramento, seleção e realocação de migrantes (indivíduos singulares ou acompanhados de suas famílias) em outros estados da federação, com garantia de abrigo e trabalho; c) integração ao mercado de trabalho: garantia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); d) apoio aos migrantes que desejam, voluntariamente, retornar ao país de origem. (OLIVEIRA, 2021, p. 129)

Além dessa resposta do governo do Brasil, segundo Oliveira (2021, p. 129), abrigos, alimentação e possibilidade de trabalho digno aos migrantes, juntamente com políticas de acesso à educação e saúde e inclusão nos serviços e benefícios da política de assistência social, também são formas de humanizar e assistir a população migrante venezuelana no país.

No caso dos migrantes, sobretudo na primeira infância, aspectos afetivos e de desenvolvimento que impactam diretamente a saúde da criança, como o cuidado e a atenção dos genitores, a alimentação, o sono, o brincar, entre outros, podem ser substituídos, em razão das circunstâncias, pelo abandono e negligência, pela desnutrição e intransquilidade, pelo estresse, o medo e as violências, etc. Por esses e outros motivos é que a proteção integral a essa fase de vida dos sujeitos se apresenta como primordial. (OLIVEIRA, 2021, p. 129)

Embora tais ações possam ser vistas como avanços, Oliveira (2021, p. 129) aponta que elas apresentam caráter contraditório: as conquistas obtidas são proporcionais às fragilidades estruturais dos serviços, que não estavam preparados para absorver aumento de demanda tão repentino. Nesse contexto, observa-se que crianças e adolescentes tornam-se o foco central das preocupações e das estratégias de intervenção, evidenciando tanto os progressos quanto os limites enfrentados pelos serviços.

Ainda assim, diante da situação de vulnerabilidade em que se encontram as famílias e da incapacidade de absorção da totalidade dos cadastrados nos programas socioassistenciais, embora tenham perfil para tal, é possível verificar aumento da mendicância de crianças (sozinhas ou acompanhadas pelos pais e/ou responsáveis) nos semáforos, nas portas das lojas, supermercados e farmácias, além da realização das atividades laborais já citadas (OLIVEIRA, 2021, p. 132).

Quanto às preocupações sobre as crianças e adolescentes da Venezuela, Oliveira (2021, p. 132) apud Carazzai (2018) destaca que é a área da saúde. Mediante o processo migratório em grande quantidade, a saúde é um dos setores mais impactados diante da crise venezuelana e o processo de migração, principalmente a saúde na primeira infância. É possível perceber que a maioria (mais de 70%) dessas crianças chegam/chegaram ao Brasil com diagnóstico de desnutrição.

Problematizando a questão da desnutrição, é preciso destacarmos aqui, conforme apresenta Nascimento (2022), o contexto brasileiro, permeado por ideologias neoliberais que incentivam a

competitividade e individualidade dos seres humanos, colocando na família as responsabilidades pelas suas condições de vida e sobrevivência.

Nascimento (2022) debate sobre a fome no país e aponta que é uma situação problema na qual o Estado pouco intervém, enquadrando-se e atendendo aos modos de produção e reprodução capitalista. Assim, a pobreza e a miséria são percebidas como forma natural pelo Estado, que atua através de serviços e ações de forma descoordenada e fragmentada, utilizando principalmente a política de Assistência Social, que, se for seguida aos padrões do capital, servirá apenas como palição e não solucionará de modo efetivo e integral os problemas da fome.

Com isso, concordando com o pensamento do autor citado anteriormente, compreendemos que as ações realizadas pelo Estado não devem se limitar apenas a uma política pública ou transferir suas responsabilidades para ações de caridade e filantropia, mas compreender que as demandas postas pelas famílias são complexas e precisam estar articuladas em sua totalidade, para que proporcionem melhores condições de vida e a efetivação das garantias dos direitos legais, como assegura a Constituição Federal de 1988.

Nessa lógica, esse reflexo do não acesso à renda e condições básicas de sobrevivência é mais intensificado nas famílias refugiadas da Venezuela. Apesar de a desnutrição ser um diagnóstico de saúde, podemos evidentemente perceber o fator social influenciando diretamente no aspecto da saúde e bem-estar. É importante considerar a saúde em seu modo ampliado, de acordo com a Organização Mundial de Saúde e os determinantes e condicionantes sociais. Nesse caso, o acesso aos bens e serviços, moradia, alimentação e trabalho e renda são fatos que refletem na desnutrição e nas condições de sobrevivência dessa população. Não se limitando apenas às crianças, mas também aos adolescentes, conforme a seguir:

Diante de tudo isso, a Sociedade Brasileira de Pediatria enviou uma moção de alerta escrita durante o 39º Congresso Brasileiro de Pediatria, aos governos federal, estadual e órgãos do poder judiciário, apontando para a “precariedade na assistência, especialmente às crianças, que já chegam muito doentes, com um quadro de desnutrição crônica” (PAIVA, 2019, n.p.), que, não raras vezes, é acompanhada por pneumonia, diarreia ou outra doença, deixando as emergências lotadas e pedindo “ações concretas diante do cenário de calamidade” no estado (Ibid., n.p.). No caso das adolescentes, muitas chegam grávidas, desnutridas e sem acompanhamento pré-natal, “o que aumenta as chances de parto prematuro, de morte e malformações nos bebês” (Ibid., n.p.). Assim, “Precisa do aumento de insumos, leitos hospitalares, atendimentos com retaguarda. Não é só trazer profissional para atender. Precisa ver que se aumentou 20% na população, tem que aumentar os insumos, os leitos em 20%. Tem que ser proporcional” (Ibid., n.p.). (OLIVEIRA, 2021, p. 133)

Ainda sobre a saúde, precisamos destacar a pandemia da Covid-19. De acordo com Maciel (2022), a Covid-19 influenciou nos grandes fluxos migratórios de venezuelanos para o Brasil. De modo resumido, a autora sistematiza que a média mensal de entradas e saídas e pedidos de refúgio no Brasil foi rigidamente reduzida por causa das restrições causadas pela pandemia.

O número mensal, que chegara a 9 mil em 2018, já vinha caindo desde o final de 2019, tendo chegado a 5.614 pedidos de refúgio em fevereiro e 5.771, em março de 2020, com uma queda brusca observada nos meses seguintes: 609, em abril, e 208, em maio (MACIEL, 2022, p. 295, apud OBMIGRA, 2020).

É preciso contextualizar a situação do Brasil quanto aos impactos da pandemia da Covid-19. Conforme aponta Nascimento (2022), essa pandemia foi um dos principais impulsionadores das desigualdades no país, não se limitando apenas ao âmbito social. Para esse autor, a Covid-19 dificulta o acesso a bens e serviços de caráter básico, como, por exemplo, geração de emprego e renda, o que repercute de modo direto nas condições sociais e de saúde, através da fome e desnutrição de famílias com crianças e adolescentes no Brasil.

Apesar dos avanços dos direitos se darem por lutas sociais, para Nascimento (2022) o Estado brasileiro ainda intervém de modo minimalista nas diversas expressões da “Questão Social”, que está sendo intensificada pelo processo de pandemia. Seguindo esse pensamento, percebemos que esse processo de barbarização ainda é maior quando nos deparamos com famílias refugiadas venezuelanas que apresentam aspectos socioculturais diferentes, além da difícil comunicação através de outro idioma.

Segundo Nascimento (2022), são inúmeras as incertezas e sequelas ocasionadas por essa pandemia, e os mais afetados são a classe que vive do trabalho e suas famílias. Apesar das ações de (des)proteção do Estado influenciado pelo pensamento neoliberal, ainda são os próprios trabalhadores responsáveis pelas suas próprias condições de subsistência e, contraditoriamente, são culpabilizados pelo preconceito e discriminação por causa de suas condições de vida e por lutarem por sua existência e necessidades básicas.

Seguindo o pensamento do autor anteriormente exposto, percebemos que as dificuldades enfrentadas pelas famílias venezuelanas também perpassam por esses percalços e de modo ainda mais complexo, devido aos preconceitos, xenofobia e aspectos socioculturais que interferem no modo de acesso aos direitos inerentes a essa população.

Nascimento (2022) apud Almeida (2020) reforça que a pandemia da Covid-19 reforça a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), pois é por meio dele que as pessoas são atendidas e acontecem as ações de prevenção e informação sobre a doença.

Quanto ao idioma/dialeto, é preciso levarmos em consideração. Na maioria dos atendimentos na saúde, os profissionais não estão capacitados para a comunicação e nem para a compreensão cultural das famílias venezuelanas, o que dificulta ainda mais o processo de prevenir e tratar as doenças e riscos na saúde de crianças e adolescentes. Isso não se restringe à política de saúde, mas também a diversas outras políticas.

Como exemplo apresentado por Oliveira (2021, p. 133), temos a política de educação em âmbito escolar, que apresenta algumas dificuldades como deslocamentos forçados, interrupção do aprender, não

compreensão do idioma, ausência de documentos, matrícula e recolocação de acordo com a idade e série, problemas dos pais ou responsáveis de acompanhar o ensino, adesão de uniformes e materiais escolares.

É importante ressaltar que os mesmos pacientes que são atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS) são os mesmos usuários que são atendidos ou apresentam demandas nas unidades de saúde referentes à política de educação, assistência social, habitação, entre outras. Por isso, é necessário compreender a demanda do usuário como um todo, não se concentrando apenas na saúde.

À medida que chegam em situações cada vez mais vulneráveis e precisando de proteção, crianças, adolescentes e suas famílias demandam capacidade de resposta em diversas áreas das políticas sociais, como saúde, assistência social, educação e segurança pública. Precisam de documentos, acompanhamento e integração social; no caso dos adultos, o trabalho é primordial e, no caso das crianças e adolescentes, merecem atenção a educação, a saúde e o convívio familiar e comunitário.(OLIVEIRA, 2021, p. 135)

Conforme Macedo et al. (2019, p. 75), o processo de imigração dos venezuelanos para o Brasil é imprescindível para perceber as questões de saúde pública, como garantir a integridade sanitária dessas pessoas. Como exemplo, é mencionada a vacinação, e que não existe um controle entre fronteiras entre Venezuela e Brasil.

Além disso, Macedo et al. (2019, p. 75) apontam que a migração para o Brasil e a atual crise política e econômica que vivenciamos são fatores que comprometem a situação da integridade física e sanitária da população local e dos imigrantes.

Com a crise no Brasil, quase todos os estados e municípios da federação sofrem com a falta de emprego, escassez de recursos financeiros, falta de saúde de qualidade, segurança pública dentre outros problemas. A situação se amplia nas regiões como RR, uma vez que o poder público necessita de recursos para investir em garantias básicas aos populares nacionais e à comunidade estrangeira, que migra para aquela região. (MACEDO, 2019, p. 76).

Conforme os desafios e também perspectivas que vivem as famílias venezuelanas no Brasil, a partir deste parágrafo apresentaremos o cenário paraibano. Conforme exposto por Silva e Pacífico (2020), a Rede Local paraibana foi criada devido à chegada dessa população vulnerável com demandas e com desafios específicos, para que os órgãos responsáveis consigam desempenhar a função de proteção que seja necessária.

Apontado por Silva e Pacífico (2020), a chegada das famílias venezuelanas desde agosto de 2018 na Paraíba fez com que o poder público local estabelecesse proteções a esses indivíduos que se encontravam em vulnerabilidades, caracterizando-se pela primeira vez no estado a presença desse público pelo

acolhimento proporcionado pelo PNI. Com isso, a Paraíba teve que aprender na prática como conduzir essa população que crescia exorbitantemente.

Em conformidade com Silva e Pacífico (2020), oito meses depois da chegada dos primeiros grupos, foi organizado em abril de 2019 o simpósio de nome “Atuação em Rede: Capacitação dos Atores Envolvidos do Acolhimento, na Integração e da Interiorização de Refugiados e Migrantes no Brasil”, além de várias atividades relacionadas, como oficinas e debates. Essa foi uma iniciativa da Escola Superior de Ministério Público da União (ESMPU) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Esse evento, segundo Silva e Pacífico (2020), capacitou os atores e proporcionou oportunidade para os integrantes dos setores públicos se integrarem com a finalidade de uma maior e melhor proteção, ouvindo os representantes das ONGs de acolhida e suas necessidades, como exemplo da Aldeias Infantis SOS em João Pessoa e a Casa do Migrante no Conde, além dos representantes venezuelanos. Assim, foi criada a Rede Local de Acolhimento e Integração.

Apesar de não ser juridicamente instituída, a Rede Local conta com representantes de diversos setores do setor público e da sociedade civil a níveis estaduais e municipais, com as Secretarias de Saúde, de Direitos Humanos, de Assistência Social, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Defensoria Pública (DPU), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), e mais recentemente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além de representantes das instituições de acolhimento das cidades de João Pessoa, Conde e Campina Grande. (SILVA E PACÍFICO, 2020, p. 07)

Silva e Pacífico apud ESMPU (2020) apontam que essa Rede Local gerou relatórios e, diante disso, precisamos destacar aqui referente à cidade de Conde que vários setores municipais se envolveram com o debate sobre a proteção aos direitos dos migrantes. Quanto à cidade de João Pessoa, o destaque está na Secretaria de Saúde, em que o município realizou um levantamento epidemiológico, desenvolvendo fichas clínicas dos venezuelanos, além dos atendimentos odontológicos, vacinação e ações preventivas como campanhas de conscientização.

São inúmeros os desafios enfrentados pelas famílias venezuelanas no Brasil; porém, percebemos que esse processo migratório também ocasionou mudanças políticas, técnicas e estruturais na realidade desse país. Assim, o Brasil encontra-se em processo de acolhimento e preparação para essa nova realidade e para garantir os direitos assegurados na legislação do Brasil para a efetivação dos direitos humanos e a concretização da proteção integral, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nos próximos parágrafos, apontaremos de modo resumido os principais direitos das crianças e adolescentes migrantes em território nacional.

Considerações Finais

Diante da complexidade do processo migratório das famílias venezuelanas na Paraíba, esta pesquisa permitiu uma análise aprofundada sobre os desafios enfrentados por essa população e sobre as respostas institucionais e sociais que influenciam seu processo de adaptação e integração. A migração venezuelana não se limita a um deslocamento geográfico, estando inserida em contexto marcado por dificuldades estruturais, como acesso limitado a direitos fundamentais, instabilidade econômica e barreiras culturais que dificultam a inserção social. Esses fatores evidenciam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de olhar sensível que garanta acesso adequado a serviços básicos, como saúde, educação, moradia e emprego.

O estudo também evidenciou o papel ativo dos migrantes na sociedade brasileira, mostrando suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Considerando que a Paraíba tem se tornado destino relevante para essas famílias, torna-se necessário fortalecer programas de acolhimento e integração, assegurando que os migrantes possam participar ativamente da vida comunitária e reconhecer seu potencial de resiliência. Para isso, ações práticas podem incluir o fortalecimento das redes de atendimento articuladas entre saúde, educação e assistência social, capacitação de profissionais para atendimento humanizado e culturalmente sensível, simplificação do acesso a direitos e serviços, promoção da inclusão social e monitoramento contínuo das políticas implementadas, de forma a possibilitar ajustes baseados em evidências.

Espera-se que esta pesquisa contribua para aprofundar a compreensão sobre a migração venezuelana no Brasil e incentive a formulação de estratégias mais efetivas de recepção e integração, reconhecendo a migração não apenas como desafio, mas também como oportunidade de enriquecimento social e cultural. Além disso, os resultados podem servir como referência para gestores e consultores na elaboração de políticas sociais voltadas ao público migrante e como material de apoio em contextos acadêmicos, auxiliando na análise de fenômenos sociais complexos e no desenvolvimento de soluções práticas para a promoção de sociedade mais acolhedora e inclusiva.

Referências

BARBOSA DO NASCIMENTO, E. Fome no Brasil em crianças e adolescentes como expressão da "questão social" e violação dos direitos humanos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 3, n. 1, p. e311033, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1033>. Acesso em: 3 abr. 2024.

BARBOSA DO NASCIMENTO, E.; JARDIM DA SILVA, J. L.; CARIAGA, M. H. Pessoa em situação de rua, saúde e serviço social: um estudo da realidade da cidade Bayeux-PB. Revista de Casos e Consultoria,

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

MACEDO, J. N.; JÚNIOR, O. V. S.; BIAZUSSI, H. M.; PEREIRA, B. G. Venezuelanos no Brasil: direitos dos imigrantes e a saúde pública local. *Interfaces Científicas - Direito*, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 73-82, abr./jun. 2019.

MACIEL, M. E. S. A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. *DEDICA. Revista de Educação e Humanidades*, n. 20, p. 285-306, 2022. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509.7>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2008.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

OLIVEIRA, J. V. de. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima - Brasil. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 124-141, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, S. F. L.; PACHECO, P. A. Atuação da rede local na proteção de migrantes venezuelanos durante a pandemia de COVID-19 na Paraíba. In: *Anais do V SERPINF e III SENPINF*, 2021. ISBN 978-65-5623-100-6.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos da Psicologia*, n. 7, p. 79-88, 2002.